

Sobre a liberdade e a possibilidade (1680-82?)

G.W. Leibniz

Em Deus todas as coisas são espontâneas.

Certamente não se pode duvidar que toda pessoa possui a liberdade de fazer o que deseja.

Uma vontade [voluntas] é um esforço [conatus] em agir do qual estamos conscientes.

Uma ação necessariamente decorre de uma vontade e da habilidade em realizá-la [facultas].

Não há vontade onde são iguais todas as condições indispensáveis tanto para o querer como para o não querer fazer algo. Pelo contrário, há indiferença, isto é, mesmo se todas as condições requeridas para a ação sejam admitidas, uma ação pode ser impedida se existirem condições contrárias. Uma pessoa se opõe às razões somente através do esquecimento, isto é, delas desviando sua mente. E, assim, é de fato possível opor-se às razões.

A menos que admitamos essa proposição, que não há nada sem razão, isto é, que não há proposição na qual não exista conexão entre o sujeito e o predicado, ou seja, nenhuma proposição que não possa ser demonstrada a priori.

Há duas proposições primárias: uma, o princípio das coisas necessárias, segundo o qual o que quer que implique em uma contradição é falso; e a outra, o princípio das coisas contingentes, pelo qual tudo quanto é mais perfeito ou possui maior razão é verdadeiro. Todas as verdades da metafísica ou todas as verdades que são absolutamente necessárias, tais como aquelas da lógica, da aritmética, da geometria e outras mais, fundamentam-se no primeiro princípio, pois a alguém que as negue pode sempre ser demonstrado que o contrário implica uma contradição. Todas as verdades contingentes por sua natureza, que são necessárias apenas na hipótese da vontade de Deus ou de algum outro ser, fundamentam-se no último princípio.

E assim, todas as verdades que dizem respeito aos possíveis ou essências e a impossibilidade de uma coisa ou sua necessidade (isto é, a impossibilidade do seu contrário) baseiam-se no princípio da contradição; todas as verdades que dizem respeito às coisas contingentes ou à existência das coisas, fundamentam-se no princípio da perfeição. Exceto para a existência exclusivamente de Deus, todas as existências são contingentes. Ademais, a razão [causa] pela qual alguma coisa contingente particular existe, em vez de outras, não deve ser buscada apenas em sua definição, mas em uma comparação com as demais coisas. Pois, já que há uma infinidade de coisas possíveis que, todavia, não existem, a razão [ratio] pela qual existem em vez daquelas não deve ser procurada nas suas definições (pois, então, a não-existência implicaria uma contradição e aquelas outras não seriam possíveis, contrário à nossa hipótese), mas em uma fonte extrínseca, ou seja, no fato de que aquelas que existem são mais perfeitas que as outras.

Pois, antes de mais nada, sustento uma noção de possibilidade e necessidade de acordo com a qual há algumas coisas que são possíveis, embora não necessárias, e que realmente não existem. Disso se segue que uma razão que sempre força uma mente livre a escolher uma coisa a uma outra (se aquela razão deriva da perfeição de uma coisa, como ocorre em Deus, ou da nossa imperfeição) não elimina nossa liberdade.

Disto também está óbvio como as ações livres de Deus devem ser distinguidas de Suas ações necessárias. E, assim, é preciso que Deus ame a Si próprio, pois isso é demonstrável da definição d'Ele. Mas, não pode ser demonstrado que Deus faz aquilo que é mais perfeito, já que o contrário não implica uma contradição; de outro modo o contrário não seria possível, contrário à hipótese. Ademais, essa conclusão deriva-se da noção de existência, pois apenas o mais perfeito existe. Sejam duas coisas possíveis, A e B, uma das quais é tal que é necessário que exista, e assumamos

que há mais perfeição em A que em B. Então, ao menos, podemos explicar por que A deve existir em vez de B e podemos antever qual das duas existirá. Na verdade, isso pode ser demonstrado, ou seja, tornado certo, a partir da natureza da coisa. E, se ser certo fosse a mesma coisa que ser necessário, então, admito, também seria necessário que A existisse. Mas, denomino tal necessidade hipotética, pois se fosse absolutamente necessário que A existisse, então, B implicaria uma contradição, contrária à hipótese. E, assim, devemos sustentar que tudo que possui algum grau de perfeição é possível e, além disso, que o possível que ocorre é aquele mais perfeito que seu oposto, e que isso acontece não por causa de sua natureza, mas, em virtude da determinação geral de Deus em criar aquilo que é mais perfeito. Perfeição, ou essência, é um ímpeto à existência [exigentia existentiae] a partir do que a existência, de fato, decorre per se, não necessariamente, mas a partir da negação de que algo mais perfeito o impede de existir. Todas as verdades da Física são deste tipo; por exemplo, quando afirmamos que algum corpo preserva sua velocidade inicial, queremos dizer que ele assim se comporta se nada o impede.

Deus produz o melhor não por necessidade, mas, porque o deseja. Na verdade, se alguém me perguntasse se Deus deseja por necessidade, eu solicitaria que essa pessoa me explicasse, mais detalhadamente, o que quer dizer com necessidade, ou seja, solicitaria que me fornecesse uma formulação completa da questão. Por exemplo, você pode perguntar-se se Deus deseja por necessidade ou se deseja livremente, isto é, devido à Sua natureza ou à Sua vontade. Respondo que Deus, é claro, não pode desejar voluntariamente, de outro modo haveria um desejo do desejo, ao infinito. Pelo contrário, devemos afirmar que Deus deseja o melhor através de Sua natureza. “Portanto”, você dirá, “Ele deseja por necessidade”. Eu direi, com Santo Agostinho, que tal necessidade é abençoada. “Mas certamente disso decorre que as coisas existem por necessidade”. Como assim? Desde que a não-existência daquilo que Deus deseja que exista implica uma contradição? Nego que essa proposição seja absolutamente verdadeira, pois do contrário, aquilo que Deus não deseja não seria possível. Pois as coisas permanecem possíveis, mesmo se Deus não as escolhe. De fato, mesmo se Deus não deseja que alguma coisa exista, é possível que ela exista, desde que, por sua natureza, poderá existir se Deus tivesse que desejar a existência dela. “Mas Deus pode não desejar que ela exista”. Admito isso, mas, uma tal coisa permanece possível em sua natureza, mesmo se não for possível com respeito à vontade divina, já que definimos como em sua natureza possível qualquer coisa que, em si mesma, não implica contradição mesmo se sua coexistência com Deus possa, de algum modo, ser dita como implicando uma contradição. Mas, será preciso utilizar de sentidos inequívocos para as palavras a fim de evitar todo tipo de locução absurda.

Portanto, afirmo: uma coisa possível é algo com alguma essência ou realidade, isto é, algo que pode ser distintamente entendida. Por exemplo, um pentágono permaneceria possível mesmo se imaginássemos que nenhum pentágono jamais tenha existido ou existiria na natureza. Todavia, poder-se-ia dar alguma razão do porquê nenhum pentágono jamais existiu ou existiria. A razão para esse estado de coisas nada mais é que o fato do pentágono ser incompatível com as outras coisas que contêm mais perfeição, ou seja, com outras coisas que contêm mais realidade que, sem dúvida, existem à frente daquele pentágono. Mas, você concluiria: portanto, é necessário que ele não exista. Admito isso se for entendido no sentido daquela proposição, “um pentágono não existirá nem jamais existiu” é necessária. Mas, a afirmação é falsa se for entendida no sentido daquela proposição “não existe pentágono” (abstraída do tempo) é necessária, porque nego que essa proposição possa ser demonstrada. Pois o pentágono não é absolutamente impossível, nem implica uma contradição, mesmo se decorra da harmonia das coisas que um pentágono não possa encontrar lugar entre as coisas reais. Isso melhor pode ser ilustrado pela analogia com as raízes imaginárias da álgebra. Pois a raiz quadrada de -1 envolve alguma noção, embora não possa ser

descrita, e se alguém quiser representá-la por uma circunferência, encontrará que a linha reta exigida para esse [modo de representar raízes] não interceptará a circunferência. Mas, há uma grande diferença entre problemas que são insolúveis devido às raízes imaginárias e aqueles que são insolúveis em virtude de sua absurdidade, como por exemplo, se alguém tivesse que buscar um número que multiplicado por si mesmo resultasse em 9 e, também, acrescentado a 5, resultasse em 9. Um tal número implica uma contradição, pois deveria, ao mesmo tempo, ser tanto 3 quanto 4, ou seja, 3 e 4 deveriam ser iguais, uma parte igual ao todo. Mas, se alguém tivesse que encontrar um número tal que seu quadrado acrescido de 9 resultasse naquele mesmo número vezes 3, ele certamente nunca demonstraria, pela admissão de um tal número que o todo é igual a sua parte, mas todavia, ele poderia demonstrar que um tal número não pode ser nomeado (designado). Se Deus decretasse que não poderia haver linha genuína incomensurável com outras linhas genuínas (o que denomino linha genuína é aquilo que realmente demarca algum corpo), por isso não se seguiria que implicaria uma contradição para qualquer linha incomensurável existir, mesmo se, em virtude do princípio da perfeição, Deus não pudesse ter feito as coisas de forma diferente.

Feitas essas considerações, podemos eliminar dificuldades no que diz respeito ao conhecimento prévio dos futuros contingentes. Pois Deus, que antevê as futuras razões pelas quais algumas coisas devem existir em vez de outras, as antevê em suas causas com conhecimento certo. E, na verdade, Ele tem um conhecimento certo delas e formula proposições que são necessárias, dado (supondo) que o estado do mundo, de uma vez por todas, foi estabelecido, ou seja, dada a harmonia das coisas. Mas, as proposições não são necessárias em um sentido absoluto, como as proposições matemáticas são necessárias.

Apenas a proposição segundo a qual Deus [existe é necessária em um sentido absoluto].

Se um pentágono [exato, preciso] existe, segue-se que ele é mais perfeito que outras coisas; mas, não é. Portanto, um [exato, preciso] pentágono não existe. Mas, disso não se segue que é impossível para ele existir. Essa é a melhor resposta. Por isso, devemos afirmar que é possível para o imperfeito, em vez do mais perfeito, existir. Mas, você diria: é impossível para alguma coisa que existe existir, que Deus não deseje existir. Nego que aquilo que não está disponível a existir seja, em sua natureza, com isso impossível. E, então, devemos afirmar que o que Deus não deseja que exista não existe, mas, devemos, portanto, negar sua necessidade.

Comentários marginais:

Daí, um escolástico, citado em Bonardes, *The harmony of knowledge with Faith*, ter afirmado que Deus é indiferente não quanto ao agir, mas, quanto ao querer;

Se a completa indiferença é requerida para a liberdade, então, certamente não há jamais um ato [actus] livre, já que penso que o caso em que tudo em ambos os aspectos é igual, certamente não ocorre. Pois mesmo se, por casualidade, as razões forem iguais, as paixões não serão, e por que deveríamos argumentar sobre circunstâncias que não procedem? Nem penso que se possa produzir um exemplo no qual é a vontade [voluntas] que escolher, desde que há [sempre] alguma razão para escolher uma de duas coisas;

Os tomistas colocam a liberdade no poder [potentia] da vontade, que permanece além de todo bem finito, de tal modo que a vontade pode resisti-lo. E assim, a fim de ter indiferença da vontade, buscam eles a indiferença no intelecto. Pensam que a necessidade não é inconsistente com a liberdade de Deus e que a liberdade que Ele possui de amar a Si mesmo é tal uma necessidade livre. Mas, com respeito às criaturas, Ele não decide com necessidade. [Vicent] Baron nega que Deus criou aquelas coisas que são mais perfeitas.